

Essa definição cria um tipo imaginário de narrativa que não existe — o mito etiológico —, correspondente a um desejo também inexistente de explicar, atribuindo-lhe uma existência fátil de “esforço intelectual” totalmente incompatível com os interesses pragmáticos da organização social e cultural nativa. A análise toda nos parece falha porque os mitos são tratados como simples histórias, porque são considerados como uma primitiva ocupação intelectual de gabinete, porque são despojados de seu contexto vital e estudados a partir do que parecem ser no papel e não a partir do que realmente são na vida. Tal definição torna impossível esclarecer a natureza do mito e impede uma classificação satisfatória dos contos folclóricos. Na verdade, teríamos também que discordar das definições de lenda e de conto de fadas apresentadas subsequentemente pelos autores em *Notes and queries in anthropology*.

Mas, acima de tudo, esse ponto de vista é fatal para um trabalho de campo eficiente, pois o observador ficará satisfeito com a simples compilação das narrativas. A natureza intelectual da história exauri-se no texto, mas o aspecto funcional, cultural e pragmático de qualquer conto nativo manifesta-se muito mais em sua realização, em sua corporificação, em suas relações contextuais do que no texto. É mais fácil anotar uma história do que observar os difusos e complexos caminhos pelos quais ela penetra na vida, ou do que estudar sua função pela observação das vastas realidades socioculturais nas quais ela penetra. É por essa razão que temos tantos textos e conhecemos tão pouco sobre a verdadeira natureza do mito.

## 9. A TEORIA FUNCIONAL\*

### I

#### Embriologia e obstetrícia

Como um método, o funcionalismo é tão antigo quanto as primeiras demonstrações de interesse pelas culturas estranhas e, por isso mesmo, consideradas selvagens e bárbaras, não importando se tal interesse tenha partido de um historiador grego, como Heródoto, de um enciclopedista francês como Montesquieu, ou de um romântico alemão como Herder. Qualquer pequena contribuição que eu possa ter prestado consiste em ter discorrido sobre um conjunto existente de doutrina, método e interesse e o rotulado de funcionalismo; e, mesmo assim, no meu artigo original sobre o tema, referi-me a nada menos do que vinte e sete predecessores. Dessa maneira, talvez tenha agido como obstetra e padrinho do mais novo rebento na confusão antropológica de escolas e continuado a exercer a *maternike techne* (arte da obstetrícia) no treinamento dos estudantes mais jovens nesse assunto, seguindo a tradição de um grande mestre, que gostava de referir-se à sua arte como sendo a de uma parteira. *Houve um outro grande mestre que criou um lema para o funcionalismo: “Por seus frutos o reconheceremos”.*

\* Reproduzido de MAZROWSKI, B. *The functional theory*. In: —. *A scientific theory of culture*; and others essays. Pref. Huntington Cairns. Nova York, Oxford University Press, 1960. p. 147-76.



Do modo como tem aparecido, em todas as abordagens antropológicas, o funcionalismo preocupa-se com a clara compreensão da natureza dos fenômenos culturais, antes que esses sejam submetidos a manipulações especulativas posteriores. Qual é a natureza, a realidade cultural, do casamento humano e da família, de um sistema político, de um empreendimento econômico ou de um procedimento legal? Como esses fatos podem ser tratados através da indução de maneira a produzir generalizações científicas válidas? Há algum esquema universal, aplicável a todas as culturas humanas, que possa ser útil como um guia para o trabalho de campo e como um sistema de coordenadas no estudo comparativo, seja ele de caráter histórico, evolutivo ou que simplesmente almeje chegar às leis gerais de correspondência?

Quando E. B. Tylor, no início de sua grande obra, *Primitive culture*, investigava o que era a religião, no sentido mais amplo da palavra, ou, em suas próprias palavras, quando tentou "uma definição minúscula", desse tema, foi um funcionalista genuíno. E também o foi Robertson Smith, quando reconheceu que a dimensão sociológica era indispensável para a compreensão da fé primitiva. Do mesmo modo, Sumner, em suas tentativas de analisar e classificar as primeiras normas de comportamento, representa um interesse funcional inicial. A discussão de Durkheim sobre o tipo primitivo de divisão do trabalho social e sua análise da religião e da magia estão dentro do escopo do método funcional. Os famosos registros em que Tylor tentou correlacionar os diversos aspectos do parentesco antigo e a vida econômica; a definição de economia primitiva e a relação entre o trabalho e a canção rítmica, de K. Blicher; as obras de Hutton Webster e H. Schurtz sobre grupos de idade, sociedades secretas e associações voluntárias masculinas e a relação desses grupos com a estrutura política, religiosa e econômica da comunidade — cada uma dessas contribuições e todas em seu conjunto são funcionais. Poderia acrescentar que os tipos mais antigos de investigação de campo efetiva, como os trabalhos de Charlevoix, Dobrizhoffer, Sahagun ou Dapper são também funcionais, na medida em que contêm uma apreciação não apenas de fatos isolados, mas de relações e vínculos essenciais.

Alguns princípios funcionais devem ser incorporados a qualquer tratamento teórico do fenômeno cultural tanto quanto a todas as monografias competentes sobre o trabalho de campo. Contudo, ainda que eu seja suspeito de benevolência indiscriminada culminando em um fraco ecletismo, apresso-me a acrescentar que existem, na antropologia, tendências não-funcionais tanto quanto antifuncionais. Um exemplo é o investigador de campo que só se preocupa com o exótico ou pintu-

resco. Um outro caso é o do evolucionista que desenvolve uma teoria sobre a origem do casamento e da família mas não se preocupa em estabelecer uma distinção nítida entre o casamento. Propriamente dito, a simples união sexual e uma ligação temporária. A seleção de um fenômeno tal como o sistema classificatório de termos de parentesco e a sua manipulação como um resíduo, um registro daquilo que foi e já não é mais, nos mostra como, negligenciando a análise funcional dos fenômenos linguísticos vitais, Morgan desorientou, por gerações, a pesquisa antropológica. Do mesmo modo, Gräbner, empreendendo uma análise da cultura, falsa e pueril, a fim de estabelecer os fundamentos daquilo que considerava um difusionismo em escala mundial irrefutável, terminou por criar uma abordagem antifuncional cuja imbecilidade é de primeira ordem. Antes de mais nada, ele assume que é possível isolar itens singulares de seu contexto cultural. A seguir, define a forma como completamente desvinculada da função. Para ele, na verdade, são importantes apenas as qualidades formais de um objeto, as quais não estão relacionadas com seus usos e propósitos. Segue-se daí que, para Gräbner, só são metodologicamente relevantes aquelas características que se mostram culturalmente irrelevantes.

Além disso, o mesmo autor inclui o conceito de complexo de características como uma coleção de itens não-relacionados entre si. De minha parte, considero que a forma está sempre determinada pela função e que, a menos que possamos estabelecer essa determinação, não poderemos usar os elementos formais em uma argumentação científica. Considero também inútil um conceito de itens não-relacionados em um tipo de realidade onde não podemos introduzir elementos intrinsecamente relacionados entre si.

## II

### Axiomas gerais do funcionalismo

Minha sugestão seria a de que toda experiência de campo, bem como toda investigação das manifestações realmente importantes do comportamento humano organizado, demonstra a validade dos seguintes axiomas:

A) A cultura é, essencialmente, um aparato instrumental; através dela o homem é colocado em posição de melhor tratar os problemas concretos específicos que enfrenta em seu ambiente, no decurso da satisfação de suas necessidades. B) É um sistema de objetos, atividades



e atitudes, no qual cada uma das partes existe como um meio para um fim. C) É uma totalidade, em que os diversos elementos são interdependentes. D) Tais atividades, atitudes e objetos estão organizados em torno de tarefas importantes e vitais, em instituições como a família, o clã, a comunidade local, a tribo e as equipes organizadas de atividades políticas, legais, educacionais e de cooperação econômica. E) Do ponto de vista dinâmico, isto é, com relação ao tipo de atividade, a cultura pode ser analisada sob diversos aspectos, tais como educação, controle social, economia, sistemas de conhecimento, crença e moral, e, também, modos de expressão criativa e artística.

O processo cultural, observado em qualquer uma de suas manifestações concretas, sempre envolve seres humanos que estão em relações definidas uns com os outros, ou seja, estão organizados, manipulam artefatos, comunicam-se entre si pela linguagem ou por algum outro tipo de simbolismo. Os artefatos, os grupos organizados e o simbolismo são três dimensões do processo cultural, intimamente relacionadas entre si. Que tipo de relação é essa?

Considerando-se primeiramente o aparato material da cultura podemos dizer que cada artefato ou é um implemento ou então um objeto de uso mais direto, isto é, pertencente à classe dos bens de consumo. Em qualquer caso, tanto as circunstâncias quanto a forma do objeto são determinadas pelo seu uso. Função e forma são relacionadas.

Essa relação leva-nos imediatamente ao elemento humano, pois o artefato deve ser comido, usado, ou, então, destruído; ou, ao contrário, ele é produzido para ser manipulado como uma ferramenta. A base social é sempre um homem ou um grupo manipulando seus implementos em uma atividade técnica, econômica; usando conjuntamente uma casa, consumindo a comida que produziram ou apanharam e prepararam. De fato, nenhum item singular da cultura material pode ser entendido por referência a um único indivíduo, pois onde não há cooperação, e tais casos são difíceis de serem encontrados, há, pelo menos, uma cooperação essencial, que consiste na continuidade da tradição. O indivíduo tem que desenvolver sua habilidade pessoal e obter o conhecimento correspondente de um membro da comunidade já familiarizado com habilidades, técnica e informação; e também tem que receber ou herdar seu equipamento material.

O que é forma e o que é função na realidade sociológica? Tome-se uma relação de sangue, proximidade ou contrato: teremos duas ou mais pessoas que se comportam umas em relação às outras de um modo padronizado e que o fazem, invariavelmente, tendo por referência algum

aspecto do ambiente culturalmente definido e algum entendimento sobre o modo como os itens são trocados, os objetos manipulados e os movimentos corporais coordenados. A forma de uma realidade sociológica não é uma figuração ou uma abstração. É um tipo concreto de comportamento, característico de qualquer relação social.

Do mesmo modo que o físico ou o químico observam o movimento dos corpos, as reações das substâncias ou as mudanças no campo eletromagnético, registrando o comportamento recorrente típico da matéria, da força e da energia, o investigador de campo também lida com situações e atividades recorrentes e registra seus cânones ou padrões. Poderíamos imaginar uma série de filmes sobre o comportamento dos pais para com as crianças, mostrando a tecnologia referente ao ritual de cuidados, carinhos e treinamento dispensados, bem como as fases quotidianas nas quais os sentimentos entre pai, mãe e filhos são expressos e padronizados. Já ao lidarmos com comportamentos definidos muito rigidamente, como ocorre nas cerimônias religiosas, nas transações legais, no ritual mágico e em uma operação tecnológica, um filme sonoro nos permitiria uma definição objetiva da forma da realidade sociológica.

Podemos enfatizar aqui o primeiro ponto teórico: em uma apresentação objetiva da dimensão sociológica como esta, não podemos estabelecer uma linha de demarcação entre a forma e a função. A função das relações conjugais e da paternidade obviamente é o processo culturalmente definido de reprodução. Em qualquer cultura, a forma é o modo pelo qual esse processo ocorre e que difere quanto à técnica obstétrica, quanto ao ritual do resguardo, quanto aos tabus e reclusões impostos aos pais, quanto aos rituais de batismo e quanto ao modo de manter o nascituro protegido, abrigado, vestido, limpo e alimentado.

O segundo ponto teórico é que é impossível isolar o aspecto material do comportamento social ou desenvolver uma análise social completamente separada dos aspectos simbólicos, na medida em que as três dimensões da realidade cultural participam de cada etapa do processo. Um filme silencioso conteria apenas uma parte da documentação, ou seja, o simbolismo implícito no gesto ritual, no implemento sacramental ou nos sinais significativos e nos movimentos convencionais realizados pelos participantes. Por certo, o aspecto mais importante do simbolismo é o verbal e sabemos que uma grande soma de comentários paralelos, não contidos necessariamente no ato em si, constitui uma documentação adicional indispensável para o investigador de campo.

Qual é a relação entre forma e função no simbolismo? Se considerássemos apenas a realidade fonética de uma palavra, ou qualquer outra característica puramente convencional de um símbolo material



como o gesto, poderia parecer que o elo entre forma e função aqui é puramente artificial, e, uma vez que o simbolismo, em sua verdadeira essência, não é senão o desenvolvimento de atos convencionais para a coordenação do comportamento humano de uma forma combinada, a relação entre forma e função aqui é definitivamente artificial ou convencional. O símbolo é o estímulo condicionado que se liga a uma resposta no comportamento apenas através do processo de condicionamento. Mas em cada etapa do trabalho de campo esse processo deve constituir uma parte integral da verdadeira pesquisa. O contexto da situação formativa, por outro lado, sempre revela a relação entre a função de um ato simbólico, verbal ou manual e certos processos físicos que lhe são vinculados pela causalidade biológica.

A forma no simbolismo, portanto, não é uma palavra arrancada de seu contexto, um gesto fotografado ou um implemento colocado em um museu, pois cada um desses itens estudado dinamicamente revela-se desempenhando o papel de um catalisador das atividades humanas, como um estímulo que libera respostas em um reflexo encadeado, em um tipo de emoção ou em um processo cerebral. Na forma de uma ordem militar, "fogo!" é o desempenho em sua totalidade e, especialmente, o comportamento em resposta à ordem, o comportamento social coordenado e provocado pelo estímulo convencional. Como o caráter *dinâmico* do estímulo repousa na resposta, a palavra "fogo" escrita em um pedaço de papel e redescoberta no ano 3000 não significará nada. Não é uma realidade cultural.

Deixamos assim estabelecido que a totalidade de um processo cultural envolvendo o substrato material da cultura, ou seja, os artefatos; os laços sociais humanos, ou seja, modos padronizados de comportamento; e atos simbólicos, ou seja, as influências de um organismo sobre o outro através de estímulos reflexos condicionados é uma totalidade que não podemos retalhar, isolando objetos da cultura material, sociologia pura ou linguagem como um sistema contido em si mesmo.

### III

#### A definição de função

Esta análise nos permitirá definir o conceito de função de maneira mais precisa. É lógico que temos que abordá-lo através dos conceitos de uso, ou utilidade, e de relacionamento.

Em todas as atividades, o uso de um objeto, enquanto parte do comportamento determinado técnica, legal ou ritualmente, conduz os

seres humanos à satisfação de alguma necessidade. Frutas e raízes são colhidas, o peixe é pescado, os animais são caçados ou apanhados em armadilhas, o gado é ordenhado ou abatido a fim de garantir a matéria-prima da despensa humana. Posteriormente, são temperados, preparados e cozidos para serem postos à mesa. Tudo isso culmina em uma refeição individual ou comunitária. A necessidade de nutrição controla uma extrema multiplicidade de processos. São lugares-comuns afirmações como a de que a humanidade progride na medida de sua barriga, que se pode satisfazer as massas dando-lhes pão e circo e que um dos determinantes da história humana e de sua evolução é o fator materialista do suprimento satisfatório de alimentos. O funcionalista apenas acrescenta que os motivos que controlam as partes desse processo, dispersos na paixão pela agricultura e pela caça, no interesse ou ganância pela troca proveitosa e pelo metrado, nos impulsos de generosidade e munificência, devem ser todos analisados com referência ao eixo principal — a fome. A função integral de todos os processos que constituem o almoxarifado cultural de uma comunidade é a satisfação da necessidade biológica primária de nutrição.

Se nos voltarmos para uma outra atividade — a produção e manutenção do fogo —, uma vez mais poderemos relacioná-lo aos seus usos primários na cocção de alimentos e na manutenção da temperatura ambiental, e considerá-lo um instrumento em certos processos técnicos. Diversas atitudes religiosas e seculares, legais e técnicas, centradas no fogo, na lareira, na chama sagrada, podem ser todas relacionadas às suas principais funções biológicas.

Tomem-se, por exemplo, a moradia humana. É um objeto físico, uma construção feita de troncos ou ramos, de peles de animais, de neve ou de pedra. Embora tenha uma forma, a tecnologia de sua estrutura, suas divisões, suas partes componentes e seu mobiliário estão relacionados, contudo, aos usos domésticos vinculados à organização da residência, ao grupo familiar, com seus dependentes e criados. Devemos, uma vez mais, ter em mente a função integral do objeto ao estudarmos as diversas fases de sua construção tecnológica e os elementos de sua estrutura.

Qual é a função dos termos de parentesco, primários e derivados, individuais e coletivos, descritivos e classificatórios? Afirimo que, nesse caso, o estudo da situação inicial do parentesco, isto é, do pequeno grupo que cerca o nascituro e o inclui na comunidade como uma aquisição sociológica, irá revelar que a mais remota função dos termos de parentesco é garantir ao recém-nascido um controle sociológico do



seu ambiente através da linguagem articulada. A propósito, isso implica a asserção de que o contexto da situação formativa desses símbolos lingüísticos e da linguagem humana de modo geral é essencialmente sociológico e também individual. Os significados não-individuais ou classificatórios dos termos de parentesco são adquiridos através de uma série de extensões consecutivas. Por conseguinte, a abordagem funcional para esse fenômeno implica que todos esses contextos, nos quais o aspecto simbólico do parentesco é sucessivamente elaborado, devem ser estudados por incursões na lingüística, no comportamento social e na base material. Quando dizemos comportamento social, referimo-nos às normas legais, aos serviços econômicos e a qualquer ritual que acompanhe os estádios do desenvolvimento de um indivíduo, da infância até a inclusão no grupo de parentesco mais amplo, o clã e a tribo. Seria fácil mostrar que os diversos objetos materiais usualmente rotulados de "dinheiro", "meios de circulação" ou "riqueza simbólica" também deveriam ser estudados no contexto dos sistemas de troca, produção e consumo. E o mesmo deveria ser feito com relação ao estudo de uma fórmula mágica ou um gesto, que não devem ser arrancados de seu contexto, mas relacionados à sua função.

#### IV

### Abordagem preliminar do funcionalismo

Os persistentes ensinamentos não só da experiência em pesquisa de campo como também das investigações teórico-comparativas terminam, inevitavelmente, por conduzir o antropólogo à concepção de que os fenômenos culturais são relacionados. Os laços entre um objeto e os seres humanos que fazem uso dele, entre a técnica individual e social e a propriedade legal, assim como a economia da produção, a relação entre a habitação humana e os membros do grupo de residência que a ocupam são tão óbvios que nunca foram completamente omitidos nem tampouco vistos claramente! Isso porque, proverbialmente, nada é tão difícil de se ver quanto o óbvio. Se o funcionalismo fosse apenas a tendência a encerrar "a magia e as atitudes econômicas como interligadas", a reconhecer que esses aspectos são parte da estrutura social e que devemos sempre e mais e mais estabelecer correlações, realmente ele incorreria teoricamente no totalitarismo científico do qual tem sido acusado freqüentemente. Não há dúvidas de que, na ciência, devemos isolar tanto quanto estabelecer relações. Se não pudesse mostrar alguns

isolados ou unidades que contêm limites naturais para a coordenação e a correlação, o funcionalismo nos levaria a um atoleiro de objetos relacionados e contra-relacionantes. Admito que tais isolados naturais realmente existem e que devem constituir a fundamentação de qualquer análise cultural profunda.

O isolado funcional que rotulei de instituição difere, na medida em que postula uma relação necessária, do complexo cultural ou complexo de traços, que é definido como "composto de elementos que não estão necessariamente relacionados entre si". De fato, o isolado funcional é concreto, isto é, pode ser observado como um agrupamento social definido. Tem uma estrutura válida universalmente para todos os tipos de isolados; e é um verdadeiro isolado na medida em que poderíamos não apenas enumerar seus fatores abstratos, mas também delinear concretamente o seu contorno. O funcionalismo não teria o direito real de tratar da cultura em seus aspectos fundamentais, tais como os educacionais, legais, econômicos, ou aqueles pertinentes ao conhecimento primitivo ou desenvolvido e à religião, se não fosse capaz de analisar e, portanto, definir cada um deles e relacioná-los com as necessidades biológicas do organismo humano.

O funcionalismo não seria tão funcional, afinal de contas, se não pudesse definir o conceito de função não apenas através de expressões vazias, como "a contribuição que uma atividade parcial faz para a atividade total da qual é uma parte", mas através de uma referência muito mais definida e concreta àquilo que realmente acontece e que pode ser observado. Como veremos, essa definição pode ser obtida mostrando que as instituições humanas — tanto quanto as atividades parciais dentro delas — estão relacionadas a necessidades primárias, isto é, biológicas, e a necessidades derivadas, ou seja, culturais. Portanto, a função significa sempre a satisfação de uma necessidade; do mais simples ato de comer ao desempenho sacramental em que o tomar a comunhão relaciona-se com todo um sistema de crenças, determinado pela necessidade cultural de estar em harmonia com o Deus vivo.

#### V

### Os isolados legítimos da análise cultural

Afirmo que se tomarmos qualquer traço da cultura material ou selecionarmos qualquer costume, isto é, qualquer modo padronizado de comportamento, ou qualquer idéia, será possível colocá-lo dentro de



um ou mais sistemas organizados de atividade humana. Assim, se por acaso o leitor estiver frente a um grupo de nativos que está obtendo fogo por fricção, tal ato poderá estar sendo executado para acender um fogo de uso doméstico, para cozinhar, aquecer ou produzir a primeira chama da lareira. De qualquer modo, o fogo assim obtido seria parte integrante da instituição doméstica; mas poderia também ser uma fogueira de acampamento — de uma caçada, pescaria ou expedição comercial organizada. Poderia também ser uma brincadeira de crianças. Enquanto processo meramente tecnológico, a obtenção do fogo tem também sua tradição de conhecimento, habilidades e, em muitos casos, de cooperação organizada. Se fôssemos estudá-lo, seja como um desempenho manual, seja inserido num processo de continuidade tradicional, teríamos que referi-lo também a um grupo organizado de pessoas, relacionado com a transmissão desse tipo de atividade.

Um instrumento também tem um propósito, uma técnica e pode sempre ser referido ao grupo organizado — família, clã ou tribo — dentro do qual a técnica é cultivada e incorporada em um conjunto de regras técnicas. Uma palavra, ou tipos de palavras, como os termos de parentesco, as expressões sociológicas usadas para designar posição, autoridade e procedimentos legais, certamente também possuem sua matriz de organização, de equipamento material e de propósitos últimos, sem os quais nenhum grupo se organiza. Fôssemos tomar qualquer costume, isto é, qualquer forma padronizada de comportamento, fosse ela uma habilidade, uma modalidade física — comer, dormir, transporte ou jogo — ou outra qualquer, tal costume expressaria, direta ou simbolicamente, uma atitude sociológica. Em qualquer dos casos, ela pertence a um sistema organizado de atividades. Desafio quem quer que seja a mencionar qualquer atividade, símbolo ou tipo de organização que não possa ser colocada em uma ou outra instituição, embora haja objetos que pertençam a diversas instituições, desempenhando uma parte específica em cada uma delas.

## VI

### A estrutura de uma instituição

Para ser bem concreto, deixem-me primeiro sugerir que é possível elaborar uma lista de tipos; assim, por exemplo, a família, um grupo de parentesco extenso, um clã ou uma metade constituem um tipo. Estão todos relacionados com os modos de reprodução humana constitu-

dos e legalizados. O regulamento constitucional ou estatuto corresponde sempre a um desejo, um conjunto de motivos, um propósito comum. Está incorporado na tradição ou garantido pela autoridade tradicional. No casamento, o regulamento — isto é, o corpo de regras constitucionais — consiste nas leis do casamento e da descendência, estas duas estando intimamente relacionadas. Todos os princípios pelos quais se define a legitimidade da prole, a constituição da família, ou seja, o grupo diretamente envolvido na reprodução estabelecendo as normas específicas da cooperação — tudo isso constitui o estatuto da família. O estatuto varia de uma comunidade à outra, mas é parte do conhecimento que deve ser obtido através do trabalho de campo e que define a instituição doméstica em cada cultura. Independentemente de tal sistema de regras fundamentais ou constitucionais, devemos ainda conhecer melhor o pessoal, isto é, os membros do grupo, a fonte da autoridade e a definição de funções dentro do grupo de residência. As regras específicas, tecnológicas e legais, econômicas e relativas às tarefas quotidianas são outros fatores constitutivos que devem ser estudados pelo pesquisador de campo.

Contudo, a vida familiar centraliza-se no lar; é determinada fisicamente pelo tipo de habitação, o conjunto de instrumentos domésticos, o mobiliário, bem como pelos objetos sagrados associados com qualquer culto mágico ou religioso praticado pelos residentes como um grupo. Temos até aqui, por conseguinte, elementos como: estatutos, pessoal, normas de cooperação e conduta, base material. Reunidos esses dados, temos ainda que obter uma descrição totalmente concreta da vida dentro da casa, abrangendo sua variação sazonal, sua rotina diurna e noturna e, também, levar em consideração os desvios reais das normas.

Em uma comunidade onde, além da família no sentido mais estrito, existam também um ou mais tipos de grupos de parentesco extenso, a análise de campo e a teoria, orientadas no mesmo sentido, mostrarão que esses grupos têm também seu estatuto na lei costumeira de um grupo de residência extenso. Têm suas regras de reciprocidade entre os membros componentes, abrangem um círculo maior de pessoas e um substrato material de alojamentos espacialmente contíguos, certa coletiva, fogo simbólico comum, construções principais e secundárias, e também certos objetos de uso comum, contrapondo-se àqueles que pertencem às famílias componentes.

O estatuto do clã é dado pela mitologia de um ancestral comum e pela ênfase unilateral na filiação a um grupo de parentesco extenso.

Em todas as partes do mundo encontramos também agrupamentos municipais. Seja estudando uma horda nômade ou um grupo local de



aborígenes australianos, andamaneses, californianos ou fueguinos, descobrimos que as pessoas que vivem próximas umas das outras possuem direitos exclusivos sobre uma porção definida do território, desenvolvem conjuntamente uma série de atividades nas quais é indispensável a cooperação direta e tendem a se organizar. Por mais rudimentar que seja tal organização, ela implica uma declaração dos direitos do grupo sobre suas terras. Tal fato, frequentemente, está associado a reivindicações mitológicas e religiosas, além das estritamente legais. Por conseguinte, o estatuto inclui desde a definição dos direitos individuais até a cidadania municipal, a reivindicação do grupo sobre sua terra e todo um conjunto de tradições históricas, lendárias e mitológicas, que transformam o grupo em uma unidade brotada de seu solo. Um estatuto desse tipo foi refabricado como farsa, na doutrina do *Blut und Boden* [Sangue e Solo] do nazismo moderno.

O grupo local tem também seu pessoal, com uma autoridade central mais ou menos desenvolvida, com diferenciações ou reivindicações parciais sobre a apropriação individual da terra e sobre as divisões na função comunal, isto é, serviços prestados e privilégios reclamados. As regras minuciosas relativas à posse da terra, as normas costumeiras dos empreendimentos comunais, a definição dos movimentos sazonais, especialmente as que dizem respeito às reuniões ocasionais da municipalidade como um todo, constituem as regras que definem o aspecto normativo dessa instituição. O território, as construções, os bens de utilidade pública, como os caminhos, as nascentes, os canais navegáveis, constituem o substrato material desse grupo. O princípio territorial pode servir como base para unidades maiores ou provinciais, nas quais se unem diversas municipalidades. Aqui, também, sugiro que o investigador de campo investigue a existência de um estatuto tradicional, ou seja, os antecedentes históricos e a *raison d'être* de tal agrupamento. Deveria descrever seu pessoal, a lei costumeira que governa as atividades conjuntas desse grupo local ou regional, o modo como controla seu território e sua riqueza e os instrumentos de sua cooperação, sejam estes ferramentas, objetos cerimoniais ou símbolos.

Obviamente, a tribo é a unidade à qual chegamos quando estudamos nosso progresso territorial para modos de organização e atividades cooperativas cada vez mais amplos. Contudo, quanto a isso, eu diria que esse conceito tem sido usado com certa confusão e ambigüidade de princípio, o que é prejudicial à terminologia etnográfica. Propenho que se deva distinguir entre a tribo, no sentido cultural do termo e a tribo enquanto unidade politicamente organizada. A tribo, enquanto suporte maior de uma cultura unificada, consiste em um grupo de pessoas que

têm a mesma tradição, a mesma lei de costumes e as mesmas técnicas, e que apresentam também a mesma organização dos grupos menores, tais como a família, a municipalidade, a agremiação ocupacional ou a equipe econômica. Pessoalmente, considero a comunidade linguística o indicador mais característico da unidade tribal, pois uma tradição comum de habilidades e conhecimentos, de costumes e crenças, só pode ser praticada conjuntamente por pessoas que usam a mesma língua. As atividades cooperativas, no sentido amplo do termo, também só são possíveis entre pessoas que podem comunicar-se entre si através da linguagem.

Uma tribo-nação — como proponho que se chame essa instituição — não é, necessariamente, politicamente organizada. A organização política implica sempre uma autoridade central com poder para administrar seus interesses, isto é, coordenar as atividades dos grupos componentes: e quando dizemos poder, pressupomos o uso da força, tanto física quanto espiritual. Sugiro que a tribo, nesse segundo sentido, de agrupamento político, ou tribo-estado, não é idêntica à tribo-nação. Concorde plenamente com os resultados da análise do Prof. Lowie em seu livro sobre a origem do Estado, de que os agrupamentos políticos estão ausentes das culturas mais primitivas já submetidas à observação etnográfica. Contudo, os agrupamentos culturais estão lá.

O estatuto da tribo-nação pode sempre ser encontrado naquelas tradições que se referem às origens de um dado povo e que definem suas aquisições culturais em termos da atuação de ancestrais heróicos. Também são importantes as lendas históricas, as tradições genealógicas e as explicações históricas usadas para estabelecer as diferenças entre essa cultura e a dos vizinhos. Por outro lado, o estatuto da tribo-estado, não-escrito, mas nunca ausente, é o da constituição da autoridade, do poder, do prestígio e da chefia. A questão do pessoal em um grupo cultural seria abordada através dos problemas da estratificação ou da ausência dela, do prestígio, dos grupos etários que permeiam a cultura e, também, obviamente, através de sua subdivisão regional. Quando a subdivisão regional acusa sensíveis diferenças na cultura e na linguagem, podemos estar enfrentando o dilema de saber se estamos tratando com diversas tribos-nações ou com uma federação, no sentido cultural de subdivisões culturais autônomas. Não há dificuldade para se perceber o que é relativo ao pessoal em uma tribo-estado. Obviamente, envolveria questões sobre a autoridade central, chefia, conselho de anciões, tanto quanto sobre métodos de policiamento e força militar. Aqui também entrariam as questões relativas à economia tribal, taxas, tesouro público e ao financiamento dos empreendimentos tribais. Com relação ao substrato material, a nacionalidade pode ser definida apenas em



termos do caráter diferencial desse substrato, na medida em que ele separa uma cultura de todas as outras. Na tribo-estado, comportam o quadro: o território politicamente controlado, os instrumentos de defesa e de agressão, tanto quanto a riqueza pública acumulada e usada em comum para fins de controle político, militar e administrativo.

Segundo-se uma linha de investigação divorciada do princípio territorial, poderíamos colocar em nossa lista de instituições quaisquer agrupamentos de sexo e idade organizados e cristalizados. Obviamente, não poderíamos incluir aqui instituições como a família, onde os sexos se complementam e cooperam entre si, mas incluiríamos instituições como os assim chamados agrupamentos totêmicos por sexo, diferentes grupos etários e os acampamentos de iniciação, organizados para homens e mulheres, respectivamente. Quando temos um sistema de grupos etários que se refere apenas aos homens da comunidade, podemos dizer que tanto o sexo quanto a idade entram como princípios diferenciais e são institucionalizados de modo desigual. Duvido que alguém possa encontrar dificuldades para definir o estatuto ou as normas e o aparato material incluídos aqui. Associações masculinas, como sociedades secretas, clubes, casas de solteiros e outras semelhantes, podem ser incluídas sem dificuldade no conceito de instituição. Devemos nos lembrar que tais agrupamentos também possuem seus estatutos legais e mitológicos, e que tal fato implica uma definição de seu pessoal e de suas normas de comportamento e que cada um deles possui um acervo material, um lugar de reuniões, alguma riqueza, alguns rituais específicos e aparato instrumental.

Um grande grupo de instituições poderia ser incluído em uma ampla classe que poderíamos denominar de ocupacional ou profissional. Diversos aspectos da cultura, isto é, diversos tipos de atividades, como educação, economia, administração da lei, desempenho mágico e veneração religiosa podem ou não estar incorporados em instituições específicas. Nesse ponto, a teoria funcional não pode prescindir do princípio evolucionista. *Pois não há dividas de que, no curso do desenvolvimento humano, as necessidades de organização econômica, de educação, de serviços legais ou mágicos vêm sendo satisfeitas, cada vez mais, por sistemas especializados de atividades.* Cada grupo de especialistas torna-se mais e mais intimamente organizado em uma profissão. Assim mesmo, a descoberta do tipo mais antigo de grupos ocupacionais é um tema fascinante, não só para o estudante interessado nos amplos esquemas da evolução, mas também para o investigador de campo e para o estudante que faz trabalhos comparativos. Poucos antropólogos discordariam da afirmação de que na magia e na religião, ou mesmo em

certas habilidades técnicas e em certos tipos de empreendimento econômico, vemos grupos organizados em ação, cada um com seu estatuto tradicional, isto é, a definição de como e porque estão qualificados para cooperar; cada um dos quais com alguma forma de liderança técnica ou mística na divisão de funções; cada um com suas normas de comportamento e, também, por certo, manipulando o aparato específico envolvido.

## VII

### O conceito de função

Proponho que o conceito de função pode e deve ser ajustado à nossa análise institucional. A função da família é o fornecimento de cidadãos para a comunidade. Através do contrato de casamento, a família produz uma prole legítima que deve ser alimentada, iniciada nos rudimentos da educação e mais tarde equipada com bens materiais, tanto quanto com *status* tribal apropriado. A combinação da conviência moralmente aprovada — não apenas em termos de sexo mas também em termos de companheirismo e paternidade — com a lei da descendência, isto é, o estatuto da instituição com todas as suas consequências socioculturais, permite-nos a definição integral dessa instituição.

Definiria a função da família extensa em termos de uma exploração mais efetiva dos recursos comunais, do fortalecimento do controle legal sobre uma unidade pequena e bem disciplinada da comunidade e, em muitos casos, de uma influência política aumentada, ou seja, maior segurança e eficiência de unidades locais bem disciplinadas. Para mim, a função do clã revela-se no estabelecimento de uma *rede adicional de relações*, atravessando os grupos de vizinhança e fornecendo um novo princípio quanto à proteção legal, à reciprocidade econômica e ao exercício das atividades mágico-religiosas. Em suma, o sistema clânico soma-se àqueles de laços pessoais que abrangem toda uma tribo-nação, permitindo uma troca pessoal de serviços, idéias e bens muito mais ampla do que seria possível em uma cultura organizada simplesmente sobre a base de famílias extensas e grupos de vizinhança. A função da municipalidade revela-se na organização dos serviços públicos e na exploração conjunta dos recursos territoriais, na medida em que esta tem que ser desenvolvida através da cooperação, mas dentro dos limites das disponibilidades do dia-a-dia.

Dentro da tribo, as divisões organizadas segundo o sexo, tanto quanto os grupos etários, servem aos interesses diferenciais dos grupos



humanos, definidos fisicamente. Se tentarmos entender as condições primitivas pelo que ocorre em nossa própria sociedade, veremos que ser homem ou mulher, implica, respectivamente, certas vantagens e desvantagens naturais, e que uma comunidade na qual os sexos combinem entre si estará mais bem capacitada para explorar as vantagens e compensar as deficiências entre os dois segmentos naturais. E o mesmo ocorre quanto à idade. Os grupos etários definem o papel, as potencialidades e o tipo de serviços que podem ser prestados por cada grupo e distribuem as recompensas em termos de *status* e poder. Pouco há para ser dito sobre a função de cada grupo profissional. Cada um deles é definido em termos de serviços específicos e recompensas adequadas. Novamente aqui, o antropólogo que inclui os selvagens atuais em seu interesse pelos povos primitivos pode ver que as forças que operam na combinação entre pessoas que prestam os mesmos serviços, partilham dos mesmos interesses e buscam as recompensas tradicionais são efetivamente as mesmas tanto no caso do espírito conservador do primitivo como na tendência competitiva da nossa atual sociedade revolucionária.

Esse tipo de análise funcional expõe-se facilmente à acusação de tautologia e trivialidade e à crítica de que implica um raciocínio circular, pois, obviamente, se definimos função como a satisfação de uma necessidade, é fácil suspeitar que a função a ser satisfeita foi introduzida a fim de satisfazer a necessidade de satisfazer uma função. Assim, por exemplo, os cães são obviamente um tipo adicional, poder-se-ia dizer supérfluo, de diferenciação interna. Será que poderíamos, nesse caso, falar em uma necessidade legítima de tal diferenciação, especialmente quando a necessidade nem sempre existe? Porque nem todas as comunidades têm cães e, assim mesmo, vivem muito bem sem eles.

Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer que não sou muito dogmático a esse respeito. Antes proporia que um conceito de função nesse sentido — ou seja, como uma contribuição para o estreitamento das malhas do tecido social, para uma distribuição de bens e serviços, de idéias e crenças cada vez mais ampla e mais penetrante — pode ser útil como uma reorientação da pesquisa no sentido da vitalidade e da utilidade cultural de certos fenômenos sociais. Proporia também que se introduzisse na evolução cultural o conceito de luta pela existência e de introduzisse na evolução individual nem de grupos humanos, mas de indivíduos, não do organismo individual nem de grupos humanos, mas de formas culturais. Tal princípio poderia ser útil para a determinação das possibilidades de difusão cultural. Assim, proponho conceito de função primordialmente como um artifício heurístico em relação a certos grupos institucionais amplos e separados.

## VIII

### A teoria das necessidades

O conceito de função, porém, recebe o seu mais forte apoio de um outro tipo de consideração. Se conseguirmos estabelecer quais são as diversas funções; quais são fundamentais e quais são contingentes; como se relacionam e como surgem as necessidades culturais contingentes, poderemos chegar a uma definição mais completa e precisa do conceito de função, mostrando a sua verdadeira importância. Proporia que nos restringíssemos a dois axiomas: antes de tudo, ao que afirma que toda cultura deve satisfazer o sistema de necessidades biológicas, tais como as ditadas pelo metabolismo, reprodução, condições fisiológicas de temperatura, proteção contra umidade, vento e contra o impacto direto das forças destrutivas do clima e do tempo, segurança contra animais ferozes ou seres humanos, alívio ocasional das tensões, exercício do sistema muscular e nervoso em movimento e controle do crescimento. O segundo axioma na ciência da cultura seria que toda realização cultural que implica o uso de artefatos e de simbolismo constituiria uma valorização instrumental da anatomia humana, referindo-se, direta ou indiretamente, à satisfação de uma necessidade corporal. Se começarmos com uma consideração evolucionista, podemos mostrar que tão logo a anatomia humana é suplementada por uma vara ou uma pedra, uma chama ou uma cobertura, o uso de artefatos como ferramentas e bens não apenas satisfaz uma necessidade física, mas também estabelece necessidades derivadas. O organismo animal que altera a temperatura pelo uso de um abrigo, permanente ou temporário, pelo uso do fogo, para proteção ou aquecimento, de roupas ou cobertas, torna-se dependente desses elementos do ambiente, da habilidade necessária à sua produção e uso e da cooperação que pode ser exigida para sua manipulação.

Com o início de qualquer atividade cultural, surge um novo tipo de necessidade, intimamente ligada e dependente da necessidade biológica, mas que também implica novos tipos de determinismo. O animal que passa da alimentação obtida diretamente do contacto com o ambiente para a comida colhida, preservada e preparada, morrerá de inanição no momento em que o processo cultural for interrompido. Lado a lado com a necessidade puramente biológica da nutrição, devemos registrar as novas necessidades de caráter econômico. Assim que a gratificação do impulso sexual se transforma em convivência permanente e a educação das crianças conduz à coabitação permanente, impõem-se novas condições, cada uma delas tão necessária para a preservação do grupo quanto qualquer fase do processo biológico.



Qualquer comunidade que observemos, seja mais ou menos primitiva, seja completamente civilizada, possui uma intenção<sup>1</sup> tribal, determinada principalmente pelas necessidades nutritivas do metabolismo humano, mas que, em si mesma, produz novas necessidades, tecnológicas, econômicas, legais e mesmo mágicas, religiosas ou éticas. Além disso, uma vez que a reprodução da espécie humana não ocorre pelo simples acasalamento, mas está relacionada à necessidade de cuidados prolongados, educação e à moldagem primeira da cidadania, ela impõe todo um conjunto de determinantes adicionais, ou seja, necessidades que são satisfeitas através da regulamentação do namoro, dos tabus de incesto e exogamia, dos arranjos matrimoniais preferenciais; impõe também, com relação à paternidade e ao parentesco, o sistema de descendência com todas as suas implicações quanto às relações cooperativas, legais e éticas. As condições mínimas de sobrevivência física em face das inclinações do tempo são satisfeitas através do vestuário e da habitação. A necessidade de segurança leva a arranjos físicos tanto dentro da casa quanto no aglomerado humano como um todo, levando, também, à organização dos grupos de vizinhança.

Se enumerarmos rapidamente os imperativos derivados, impostos pela satisfação cultural das necessidades biológicas, veremos que a constante renovação do equipamento material é uma necessidade para a qual o sistema econômico de uma tribo é a resposta. A cooperação implica normas sancionadas pela autoridade, pela força física ou pelo contrato social, cuja resposta é dada pelos diversos sistemas de controle, primitivos ou desenvolvidos. A renovação do pessoal em qualquer instituição componente, ou do grupo cultural no seu todo, implica não apenas reprodução, mas também sistemas educacionais. A organização da força e da compulsão como base para a autoridade e a defesa relaciona-se funcionalmente com a organização política em cada instituição, também, posteriormente, com agrupamentos específicos, que já definimos como unidades políticas ou protótipos do Estado político.

Avançando um pouco mais, penso que devemos admitir que a transmissão da cultura, desde os seus primórdios, através de princípios gerais expressos simbolicamente, foi uma necessidade. O conhecimento, parcialmente incorporado nas habilidades manuais, mas também formulado e centrado sobre certos princípios e definições referentes ao processo tecnológico material, também tem uma causalidade pragmática ou instrumental primeira, um fator que não poderia estar ausente nem mesmo das mais antigas manifestações culturais. Em minha opinião,

<sup>1</sup> *Communitas*, no original. (N. da T.)

a magia e a religião podem ser interpretadas funcionalmente como os complementos indispensáveis dos sistemas de pensamento e de tradição puramente empírica e racional. O uso da linguagem, permitindo a reflexão sobre o passado, que é característica de todo pensamento sistemático, deve ter, desde muito cedo, chamado a atenção dos seres humanos para a incerteza de seus prognósticos puramente intelectuais. A superação das falhas no conhecimento humano e o reconhecimento das grandes lacunas existentes na avaliação do destino e da sorte levaram os homens à afirmação da existência de forças sobrenaturais. Provavelmente, a sobrevivência após a morte é uma das hipóteses míticas mais remotas, relacionada, talvez, a profundos ansios biológicos do organismo, mas certamente contribuindo para a estabilidade dos grupos sociais e para a percepção de que os esforços humanos não são tão limitados como pretende a experiência puramente racional. As idéias que, de um lado, afirmam que o homem pode controlar alguns elementos do acaso e, de outro, implicam ser a natureza por si mesma uma resposta benevolente ou vingativa às atividades humanas, contêm os germes de conceitos mais altamente desenvolvidos, tais como o da Providência, o de um sentido moral na Criação e o da finalidade da existência humana. A explicação funcional da arte, da recreação e das cerimônias públicas deve fazer referência às reações diretamente físicas do organismo ao ritmo, ao som, à cor, à linha e à forma, bem como às suas combinações. Deve também relacionar as artes decorativas às habilidades manuais e à perfeição da tecnologia, ligando-as ao misticismo mágico e religioso.

## IX

### Conclusões

Deverá estar claro para todos que encaro tudo isso como um simples ensaio de um esquema. Precisamos ainda de uma resposta mais completa e concreta à questão de poderem ou não os fenômenos culturais ser estudados enquanto integrados em isolados naturais de atividades organizadas. Penso que o conceito de instituição, como um termo definido de sua estrutura, com uma lista completa de seus principais tipos, fornecerá a melhor resposta à questão.

A teoria das necessidades e suas derivações permite-nos uma análise definitivamente mais funcional da relação entre os determinismos biológico, fisiológico e cultural. Não estou certo de que as minhas breves indicações sobre qual é a função de cada tipo de instituição sejam



definitivas. Prefiro pensar que fui capaz de vincular funcionalmente os vários tipos de respostas culturais, tais como as econômicas, legais, educacionais, científicas, mágicas e religiosas, ao sistema de necessidades biológicas, derivadas e integradoras.

A teoria funcional, tal como apresentada neste trabalho, pretende ser o pré-requisito para o trabalho de campo e para a análise comparativa de fenômenos em diversas culturas. É capaz de produzir uma análise concreta da cultura através das instituições e de seus aspectos. Se imaginarmos o pesquisador de campo munido de tais esquemas de orientação, verificaremos que lhe serão úteis, tanto para isolar, quanto para relacionar os fenômenos observados. Isso significa, principalmente, equipar o investigador de campo com uma perspectiva clara e instruções completas com relação ao que observar e como registrar.

Gostaria de enfatizar que o funcionalismo não é hostil nem ao estudo da distribuição cultural nem à reconstrução do passado em termos de evolução, história ou difusão. Ele apenas insiste em que, a menos que se definam os fenômenos culturais tanto quanto à função, como quanto à forma, seremos arrastados para esquemas evolucionistas fantásticos, como os de Morgan, Bachofen ou Engels, ou para abordagens fragmentadas de itens isolados, como os de Frazer, Briffault e mesmo Westermarck. Além disso, se o estudante da distribuição cultural fizer um levantamento de similaridades fictícias ou irreais, seu trabalho estará perdido. Desse modo, o funcionalismo insiste definitivamente em que possui validade fundamental como análise preliminar da cultura e que fornece ao antropólogo os únicos critérios válidos de identificação cultural.

## ÍNDICE ANALÍTICO E ONOMÁSTICO

- Abel, C. W., 34  
 aborto, 139  
 ação cerimonial, 98  
 análise(s) institucional, 20  
   psicológicas, 33  
 animismo, 32  
 antropogeografia, 114  
 antropologia, 16  
   clássica, 11  
   britânica, 114
- Bachofen, 188  
*baloma*, 121, 123, 124, 130-2, 135  
 Barton, F., 25, 88  
 Bastian, 32  
 bebê pré-encarnado, 124-6  
   v. *th.* criança pré-encarnada  
 Boas, 8, 15, 16  
 bom senso e tratamento científico, 36  
 Briffault, 188  
 Brudo, M. Raffael, 29  
 Bücher, K., 7, 69, 83, 88, 170  
 Burne, C. S., 166
- Cambridge School of Anthropology, 26  
   v. *th.* Escola de Cambridge  
 capitalismo, 51  
 casamento, 58  
 aspecto legal do, 60  
 categorias do observado, 14  
 cerimônias mágicas e religiosas, 62  
 Charlevoix, 170  
 ciência, 107  
   moderna, 33  
 comércio, 87, 88  
 Inuitribal, 25  
 comportamento(s) típico(s), 43  
 comunismo, 50, 51, 65, 100
- concepção e virgindade, 128  
 consumo, 83  
 contos, de fadas, 161, 168  
 folclóricos, 165, 168  
 sagrados, 164  
   v. *th.* mitos
- costume, corpo do, 65, 67  
 Crawley, 114  
 crença(s), 145-8, 150, 152, 154, 157, 158  
 aspecto, emocional da, 151, 152  
 intelectual da, 152  
 e comportamento, 152  
 e fórmulas mágicas, 148  
 e mitos, 148  
 sociologia da, 156  
 crianças, ilegítimas, 138, 140, 142  
 não-nascidas, 127  
 pré-encarnadas, 123, 125  
   v. *th.* bebê pré-encarnado  
 culto ao demônio, 32  
 cultura, 11, 13
- dados concretos, 28  
 e inferência, 36  
 Dapper, 170  
 desvios, 44  
 diário etnográfico, 44  
 dinheiro, 80-2, 115  
   v. *th.* meio de circulação  
*divurata*, 82  
 Dobritzhofer, 170  
 dogmas nativos, 149, 156, 157  
   v. *th.* idéias sociais  
 Durkheim, 8, 33, 149, 170
- economia, das raças primitivas, 68, 87,  
 88, 99